

NOTA PÚBLICA

A assembleia geral de docentes da UFPEL, reunida no dia 22 de julho, rejeitou de pleno a postura da Reitoria em medidas adotadas que, no entendimento da assembleia geral, atentam de forma grave contra a democracia, a autonomia acadêmica e as condições de trabalho na UFPEL.

A insatisfação e o desacordo expressos nas reuniões do Conselho de Representantes e na Assembleia da ADUFPEL SSind emergem como denúncia contra a forma aligeirada na tramitação de recentes processos que impactam sobre as atividades acadêmicas e administrativas das Unidades. O padrão de justificativas apresentadas pelos representantes da Reitoria na audiência com a diretoria da ADUFPEL também foi entendido como inaceitável, especialmente no que se refere a exorbitante tentativa de impor obrigatoriedade à gravação das aulas, sem amparo legal e muito menos pedagógico. Esta imposição invade o campo próprio da organização do trabalho docente e representa uma brutal ameaça à liberdade de ensino e de expressão.

A instituição universidade pública, mantida até aqui como patrimônio público com tanta luta, está sob ataque de uma contrarreforma administrativa destruidora, consentânea com o programa FUTURE-SE do governo Bolsonaro, e não pode fragilizar-se, por dentro, sob argumentos momentâneos que parecem se assentar mais em razões cartoriais do que serem orientados pelo fôlego das razões acadêmicas e seu compromisso social.

É imprescindível, portanto, que a Reitoria não abra mão, sob qualquer pretexto, do diálogo amplo e democrático que dela se espera no trato de questões relacionadas à UFPEL; que suste os efeitos do Parecer Normativo 49 e da Portaria 965; que promova debates sem atropelos de prazo com a participação efetiva da comunidade universitária nas decisões e, para isso, que estabeleça um processo de negociações respeitoso com a ADUFPEL SSind.

Pelotas, 29 de julho de 2021